

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 16 Crítica (U.M.)

Class.: Estatuto do Índio

Data: 12 de julho de 1992

Pg.: HIR 00436

### Cimi teme rejeição de projeto de lei

As três propostas para o novo Estatuto dos Povos Indígenas, que tramitam há mais de dois meses no Congresso Nacional, foram um dos temas em destaque na IX Assembleia do Cimi na Amazônia. A assessora jurídica do Cimi regional, Judite Moreira, disse ontem que teme que o projeto de lei da entidade não seja aprovado. Ela não tem muita confiança na relatora do projeto, a senadora do Estado de Roraima, Tereza Jucá, esposa do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Homero Jucá Filho, que teve sua administração marcada por atos violentos contra os povos indígenas.

Dos três projetos para o novo estatuto, o primeiro é de autoria do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), o segundo foi apresentado pelo Governo Federal e o terceiro é de autoria do Cimi. Judite explicou que, depois de aprovado, o estatuto será a lei que regulamentará os direitos relacionados com os povos indígenas do Brasil, assegurados nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

A assessora jurídica, disse que para o Cimi a apresentação do projeto de lei significa por à disposição do Poder Legislativo 20 anos de atividades missionárias indígenas,

"marcados por forte comprometimento com os interesses dos povos indígenas do Brasil".

Várias são as divergências entre as três propostas para o novo estatuto. O Cimi, por exemplo, propõe que a lei trate das relações dos povos indígenas, suas comunidades e índios com o Estado e a sociedade. Todas essas relações devem se basear no princípio de respeito à diversidade étnica e cultural de cada povo.

Em princípio, o Cimi defende, também, a autonomia dos indígenas, demarcação das 403 áreas indígenas, ou seja, 68%, que deverão, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal estar demarcadas até outubro de 1993. Segundo Judite Moreira, a auto-demarcação, mas com a apreciação e oficialização da administração pública federal, também está contemplada no projeto de lei do Cimi.

Baseado na proposta do Governo Federal, o assessor de comunicação do Cimi, José Rocha, disse que este projeto "não abre mão da tutela do índio", e como o NDI possui muitas divergências: "Ele rejeitou que o estatuto, datado de 1971, precisa ser reformulado para contemplar os dispositivos da Carta Magna."

### Diálogo em pé de igualdade

"Respeito cultural e diálogo em pé de igualdade" foi o princípio tirado pelos missionários que participaram da XVI Assembleia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), encerrado ontem com um saldo positivo nas lutas pela demarcação das terras e na garantia desse direito pelos índios além da certeza de que o Conselho ajudou de forma decisiva na caminhada dos povos indígenas em direção à autonomia, conforme avaliação feita por Gunter Loebens, secretário nacional do órgão.

O objetivo geral para o ano que vai de julho de 1992 a julho de 1993 é a formação sistemática das experiências feitas pelas equipes do regional no marco dos 20 anos do Cimi, com a finalidade de reafirmar e reorientar a prática de apoio e assessoria aos povos indígenas na busca de sua autonomia.

Na elaboração da programação das metas até o ano que vem, a assembleia priorizou a formação e sistematização dos resultados obtidos pelos missionários.

### Preocupação com Ianomami

O missionário Lirio Girardi diz que o Estado de Roraima tem duas preocupações imediatas: garantir a efetiva ocupação dos índios Ianomami nas terras demarcadas e homologadas pelo Governo Federal e a limitação da área conhecida como "Raposa Serra do Sol" dos índios Mucuxi, Wapixana, Ingarié e Tauripari.

Apesar das terras Ianomami estarem garantidas pelo Governo existe sempre uma constante ameaça de que novas invasões possam acontecer se não houver uma fiscalização intensiva, comenta o missionário. "Alguns comentários de representantes da Funai revelam que cerca de 500 garimpeiros estão retornando utilizando as pistas de pouso clandestinas dinamitadas pela Polícia Federal", lamenta.

A Funai se uniu em uma ação conjunta com a Fundação Nacional de Saúde, a Comissão pela Criação do Parque Ianomami e a diocese de Roraima na tentativa de atender as necessidades de saúde por que passam os índios depois do contato com

os garimpeiros, explica Girardi. Para garantir as reivindicações dos índios Mucuxi, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, está organizando um grupo de trabalho para delimitação e demarcação da área "Raposa Serra do Sol", diz o missionário, acrescentando que esta equipe é coordenada pelos antropólogos Guimar Melo e Paulo Santini juntamente com representantes do Conselho Indígena de Roraima, do Governo Estadual, do Conselho Indigenista Missionário e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Falando da Assembleia Regional do Cimi, Girardi diz que é o momento mais importante do movimento popular em defesa dos povos indígenas, porque é a hora de avaliação da prática missionária e a elaboração da programação do ano de julho de 1992 até julho de 1993. Esta avaliação é feita à luz dos 500 anos de resistência e luta dos movimentos populares e povos indígenas e os 20 anos de prática do CIMI, afirmou.

### Índios tomam a iniciativa

Os povos indígenas e os movimentos populares do Estado do Acre lutam constantemente pelo fortalecimento da autonomia das nações indígenas da região que estão fazendo auto-demarcação na área do médio Juruá, entre os municípios de Ipixuma e Eirunepé, de acordo com Ana Clara, representante da regional do Acre e sul do Amazonas.

O povo Kulina, do médio Juruá, está fazendo sua própria demarcação o que representa para a Regional do Acre um acontecimento de grande importância na luta pela autonomia dos povos. Ana Clara diz que como o Governo Federal não fez até agora a demarcação os índios tomaram a iniciativa agilizando o processo de delimitação das terras, o que representa uma maior segurança contra as invasões e a garantia de

um maior conhecimento, por parte dos índios, de seu território.

Para validar os limites estipulados pelo povo Kulina, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Coordenação do Movimento Indígena do Acre e repórteres dos principais jornais do Estado irão para a área demarcada, dia 16 de julho, tomar ciência e divulgar os trabalhos feitos pelos índios na tentativa de pressionar o Governo a tomar uma posição diante do problema o mais rápido possível.

Ana Clara revela que já existe um documento com o mapeamento da delimitação da área que dará base para uma futura demarcação. Este processo levará em média, de três a quatro anos para ser concluído.